



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

01/02/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Revisão pode elevar benefícios

Quem se aposentou a partir de fevereiro de 2011 e começou a contribuir antes de julho de 1994 para o INSS pode ter direito à chamada revisão da vida toda. O pedido deve ser feito à Justiça e serve para elevar o valor do contracheque. A quem se encontra nessa situação, a dica de advogados especializados em Direito Previdenciário é que seja feita uma avaliação sobre um possível enquadramento nos requisitos. Se houver o sinal verde, entre com uma ação o quanto antes.

Contudo, vale ponderar que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não bateu o martelo para a nova tese. A revisão da vida toda é destinada a quem tem contribuições anteriores a julho de 1994. “O principal objetivo é trazer todas as contribuições feitas pelo segurado à Previdência para o cálculo do benefício. Hoje, leva-se em consideração só contribuições feitas de julho de 1994 para frente”, informa o advogado previdenciarista Rodolfo Ramer.

Saiba mais em: *A Tribuna*, segunda-feira 1 de fevereiro.

## Custo de vida das famílias de baixa renda cresce 6,54%

O custo de vida da camada mais pobre da região metropolitana de São Paulo registrou o dobro da alta para a população mais rica em 2020, segundo pesquisa Custo de Vida por Classe Social (CVCS), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). De acordo com o levantamento, entre dezembro de 2019 e o mesmo mês de 2020, a alta da classe E foi de 6,54%, enquanto que a classe A registrou aumento de apenas 3,27%.

Saiba mais em: *Diário do Litoral*, Sábado 30 de janeiro.

## Indústria: vendas ficam estáveis em SP

As vendas reais da indústria ficaram estáveis de novembro para dezembro de 2020, mas 10,3% acima do nível pré-pandemia, que foi medido em fevereiro do ano passado.

Segundo os dados, as horas trabalhadas na produção cresceram 1,2% ante novembro e o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) teve alta 0,7 ponto percentual, atingindo 78,2%. Este é o oitavo aumento consecutivo. Os dados são do Levantamento de Conjuntura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

De acordo com o levantamento, as horas trabalhadas estão acima 4,4% do patamar pré-pandemia, ao passo que o Nuci superou em 2,5 ponto percentual e está apenas 1,1 ponto percentual abaixo da média histórica (79,4%).

No acumulado do ano as horas trabalhadas na produção caíram 5,4% em 2020, o nível de utilização da capacidade instalada teve redução de 1,6% e as vendas reais registraram estabilidade, caindo 0,1% no ano passado.

“Os resultados apresentados indicam que a indústria de transformação paulista exibiu forte e rápida reação após o pior momento para a atividade econômica nos meses de março e abril. Apesar da expressiva reação a partir de maio, a indústria paulista encerrou o ano com resultados negativos”, aponta o documento da Fiesp e do Ciesp. (AB)

Saiba mais em: *Diário do Litoral*, Sábado 30 de Janeiro.

*Informe publicitário*

## **Reforma tributária como ponte para um Brasil mais justo e solidário e menos desigual**

*Carta aberta a parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal*

Ao iniciar os trabalhos de 2021, o Congresso Nacional tem a oportunidade e o dever de enfrentar velhos e novos desafios. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, assentada sobre a erradicação da pobreza e da marginalização e na redução de desigualdades sociais e regionais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal de 1988, é um postulado ainda mais urgente e necessário nos dias de hoje.

Um dos países mais desiguais do mundo, o Brasil foi duramente impactado pela pandemia do novo coronavírus, que já devastou mais de 200 mil famílias brasileiras. Somos 2,7% da população mundial, mas sepultamos 10% das vítimas fatais da Covid019 de todo o planeta. Iniciativa do Congresso nacional, o auxílio emergencial teve fundamental importância como barreira contra o aumento da miséria e pobreza no país em 2020. Com o recrudescimento da pandemia por todo o país, somado à inflação em alta, a índices recordes de desemprego e à gestão caótica da crise sanitária, a descontinuidade do auxílio emergencial traz o temo da explosão da miséria e pobreza e do aumento das desigualdades em 2021.

Essas desigualdades são aprofundadas pelo sistema tributário atual, marcado por crônica e aguda regressividade, uma vez que as pessoas que recebem as maiores rendas e acumulam os maiores patrimônios contribuem proporcionalmente menos que as de renda e patrimônio inferiores. E como quem tem menor renda no Brasil são mulheres e pessoas negras, o sistema tributário também amplia a desigualdade racial e de gênero no país.

Desde 2020, a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a Oxfam Brasil e o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) têm mobilizado ações no Supremo Tribunal Federal apontando o estado de coisas inconstitucional do sistema tributário nacional em face da regressividade. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 786, relatada pelo Ministro Alexandre de Moraes, ajuda a expor não apenas a necessidade como também a urgência de uma **reforma tributária** que não se limite à mera simplificação de tributos, mas que resulte num novo sistema tributário, fundado na justiça fiscal, solidariedade social, promoção da saúde e sustentabilidade ambiental.

Para as entidades e organizações que subscrevem este Manifesto, é fundamental que a reforma tributária capacite financeiramente o Estado para cumprir plenamente o seu papel de promotor de políticas públicas socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis, associado a um sistema tributário justo e progressivo que respeite a capacidade econômica dos contribuintes, conforme preceitua o artigo 145, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Um sistema tributário que permita, entre outros, não só a manutenção, como a ampliação de programas de transferência de renda às famílias em situação de vulnerabilidade.

Para tanto, é preciso que a **reforma tributária** redistribua a carga de impostos sobre os pobres e a classe média para as altas rendas e o grande patrimônio, porque, afinal, já é tempo de super-ricos e grandes corporações também contribuam com a superação da pandemia, a recuperação econômica e a garantia de direitos.

Que o congresso Nacional construa uma reforma tributária que seja uma ponte para um Brasil mais justo e solidário e menos desigual.

**Fonte: De várias Entidades representativas do Brasil, 1º de fevereiro de 2021**